

Ilha de Moçambique (*Muhipiti*¹): das Conexões Sociais às Construções Identitárias²

Ilha de Moçambique (*Muhipiti*³): from Social Connections to Identity Constructions

PEDRITO CAMBRÃO

Doutorado em Sociologia pela Universidade do Porto - Portugal
Professor Auxiliar, Pesquisador e Coordenador da Direção Científica
da Universidade Zambeze (UniZambeze).

prof.pedrito@hotmail.com;
pedrito.cambrao@uzambeze.ac.mz

RESUMO

A história refere que nos processos de ocupação da Costa Oriental Africana inúmeras conexões políticas, culturais, religiosas, comerciais... foram instauradas e, de modo particular, no canal de Moçambique. Como resultado destes processos, os povos atingidos por essas ocupações se impregnaram de novas identidades (religiosas, culturais, políticas...). O artigo aborda os fatores que concorreram para esta (re)configuração religiosa, territorial e de unidades políticas na região da costa moçambicana, mormente na Ilha de Moçambique, nosso objeto de estudo. No que se refere aos procedimentos técnicos e metodológicos da pesquisa, optou-se por uma metodologia qualitativa, servindo-se da abordagem descritiva interpretativa, baseada em diversas literaturas, artigos, documentos e algumas fontes orais. *A priori*, o artigo traz uma abordagem histórica sobre as Migrações na África e Moçambique. *A posteriori*, descreve a oportunidade que os processos ocupacionais criaram, tais como as conexões sociais e as construções identitárias no Canal de Moçambique, tendo como foco a Ilha de Moçambique.

Palavras-chave: Conexões Sociais. Construções Identitárias. Costa Oriental Africana. Ilha de Moçambique.

ABSTRACT

History points out that in the processes of occupation of the Oriental African Coast unnumbered political, cultural, religious, commercial... configurations were installed and, in particular way, in coasts of Mozambique. As a result of these processes, the peoples covered by these occupations received new identities (religious, cultural, political...). The article describes the factors that concurred for the religious (re)configuration, territorial and of political unites in the region of Mozambican channel, specially on Mozambique Island, our object of study. As regards to technical procedure and research methodology, it's

¹ Nome tradicional da Ilha de Moçambique que significa aquele que se esconde ou está escondido. Todavia, é este “escondido” que foi “descoberto” e “viralizou-se” como referência nacional e internacional, ao se tornar, não só a primeira capital de Moçambique, como também ao ser declarada Patrimônio Mundial da Humanidade, em 1991.

² Artigo submetido em 08/08/2020 e aprovado em 19/05/2021.

³ Traditional name of the Ilha de Moçambique that means one who hides or it's hidden. However, its this “hidden” that was “discovered” and “virilised” as a national and international reference, when it became not only the first capital of Mozambique, but also when it was declared a World Heritage Site in 1991.

opted for a qualitative one was chosen, using descriptive approach, based in different literatures, articles. At first, the article brings a historical approach about migration in Africa and Mozambique. Secondly, it describes the opportunity created by occupational processes created, such as social connections and identity constructions in Mozambique Channel, taking as focal point focusing on the Mozambique Island.

Keywords: Social Connections. Identity Constructions. East African Coast. Mozambique Island.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da existência da humanidade, o fenômeno de migração caracterizou muitos povos. Esses movimentos foram, de algum modo, o grande motor das inúmeras transformações ocorridas na região oriental africana, sobretudo, no Canal de Moçambique, e de modo especial, na Ilha de Moçambique. Este artigo aborda as conexões sociais e construções identitárias, fruto deste fenômeno migratório, no Canal de Moçambique – tendo como caso concreto a Ilha de Moçambique.

A Ilha de Moçambique ou *Muhipiti*, como é tradicionalmente conhecida, foi salpicada pelas movimentações de interesse comercial por mais de 2000 anos, com início no centro da África, influenciada pelo aperfeiçoamento e uso da técnica do ferro na indústria agrícola na bacia do Nilo. Ela sempre se revelou como um espaço paradigmático de construção discursiva e de práticas de representação da *moçambicanidade*⁴ que apontam para o hibridismo cultural e religioso que a classifica. Mesmo num plano mais alargado, que é aquele da desterritorialização, inevitável ação nos meandros da modernidade, a Ilha de Moçambique constitui um ponto de encontro de diversas culturas, civilizações e religiões. Este fato é perceptível nas mais antigas revelações icônicas dos contatos com os árabes, passando pelas marcas da colonização portuguesa até às manifestações culturais pós-coloniais.

Todavia, para a boa abordagem da questão em destaque, julgamos, *a priori*, ser necessário fazer uma resenha histórica africana, em geral, e moçambicana, em particular. Sendo assim, propusemo-nos a analisar o legado dos padrões culturais, sociais, políticos, econômicos e religiosos destes povos que confluíram na região da Costa Oriental Africana e, em particular, no Canal de Moçambique, onde a Ilha de Moçambique está localizada. Para alcançar esse objetivo, de forma específica, descrevemos o fenômeno migratório, o comércio aurífero e escravocrata e, por fim, o seu impacto que culminou com a construção das conexões sociais e identitárias.

⁴ conjunto dos caracteres e das maneiras de pensar, de sentir e de se exprimir próprios dos moçambicanos; qualidade própria do que é moçambicano; sentimento de amor ou de grande afeição por Moçambique.

O Estudo usa uma metodologia qualitativa-hermenêutica, baseada na literatura produzida, dentro desta área de abordagem sociocultural. Portanto, apoia-se em estudos de Serra (2000), na obra *História de Moçambique*; em Ferreira (1975), no seu artigo *Moçambique Pré-colonial*; em Cachat (2017), no seu trabalho intitulado *Ilha de Moçambique: uma herança ambígua*; em Pélissier (1994) na sua obra *Histórias de Moçambique*; em Oliveira *et al* (2002) na sua obra *História*; em Sousa e Soares (2001) na sua obra *Pensar a História*, entre outros, sem descuidar a experiência de vivência naquele lugar. Outrossim, uma vez que se viveu na Ilha de Moçambique durante três anos, a observação direta, a participação em conferências atinentes aos 200 anos da elevação da Ilha de Moçambique à categoria de cidade, foram outros métodos que nos ajudaram a chegar às conclusões do estudo em alusão.

Em termos de estrutura, o trabalho está dividido em três partes. Na primeira, descrevemos os fatores que concorreram para a configuração religiosa, territórios e unidades políticas na região da Costa Oriental Africana. Na segunda, anotamos o impacto provocado pelos fatores que contribuíram para a ocorrência dos fenômenos acima indicados. Por fim, apresentamos o impacto destas migrações na Ilha de Moçambique nas conexões sociais e construções identitárias.

1. O FENÔMENO MIGRATÓRIO

Antes do povoamento bantu em Moçambique, extensas áreas do território eram ocupadas por comunidades de caçadores e coletores. Os vestígios arqueológicos relacionados a este longo período histórico encontram-se patentes em inúmeras pinturas rupestres e artefatos de pedra lascada (Serra, 2000). Para o caso da província de Nampula, podemos encontrá-los nos distritos de Meconta, Mecubúri e Monapo.

Os bantu habitavam o sul dos Camarões e a região sudeste da Nigéria há cerca de 1000 anos a. C. Porém, começaram a migrar para o oriente, em vagas sucessivas, que se estenderam pelos séculos III e IV d. C., e esse movimento levou a que povoassem os atuais territórios pertencentes à região da SADC⁵ (Oliver, 1962 e Hiernaux, 1968). Tudo leva a crer que, os bantu, que povoaram a região oriental, eram originários das grandes florestas da África Central, mais

⁵ Southern Africa Development Community (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral).

concretamente dos grandes lagos e dos rios Ubanqui e Charri, quando a região foi afetada por alguns fenômenos naturais, caracterizados por uma enorme crise ecológica e a eclosão da mosca tsé-tsé, que fez com que esse grupo se deslocasse em diferentes direções da África⁶. Por sua vez, a imigração árabe foi a primeira que atingiu grandes proporções e impactos bastante complexos. Os árabes teriam sido atraídos para Moçambique pelas jazidas de ouro da Sofala a partir do século IV, quando se descobriu que daquelas terras brotavam grandes quantidades de ouro. Esse ouro era posteriormente levado para a Índia para trocas comerciais e servia como um bem de prestígio dos soberanos.

Um outro movimento migratório que também contribuiu para a construção de identidades culturais, econômicas e religiosas foi sem dúvida a imigração *swahilis*, um grupo etnolinguístico que se localiza na faixa que vai desde a região dos Grandes Lagos até a Costa da Somália, estendendo-se em toda região costeira da África Oriental até ao rio Rovuma. Os *swahilis* teriam sido largamente influenciados pela cultura e atividade mercantil árabe, sobretudo árabes que escalavam os portos de Mombaça, Quíloa e Zanzibar. Os primeiros povos *swahilis* conhecidos que se envolveram nos comércios aurífero e negreiro eram oriundos da região oriental do Norte da África, conhecidos por *zanjos*, que recebem a designação de *anjigis* ou *adjodjos* em algumas línguas locais. Essas populações estabeleceram-se em toda a costa oriental e, particularmente, nas ilhas de Zanzibar e de Pemba. Aparentemente, foi no século XIII que o maior número de imigrantes se fixou em entrepostos comerciais ao longo da costa oriental africana, no Vale do Zambeze e no planalto do Zimbabwe (SERRA, 2000).

Reza a história que, também, esses homens se estabeleceram em quase toda a costa da África Oriental e passaram a controlar todas as regiões do *hinterland* a partir das cidades costeiras (Zanzibar, Quíloa, Mombaça, Pemba, Ilha de Moçambique, Sofala, Angoche, Quelimane, Inhambane), onde capturavam homens para depois vendê-los aos mercadores asiáticos.

As grandes expedições para a Ilha de Moçambique teriam ocorrido em 570 d.C., quando os iemenitas ocuparam a região depois de se familiarizarem com a costa oriental africana, da qual os sassânidas passaram a se beneficiar, quase em regime exclusivo, dos bens ali provenientes (escravos, ouro, marfim, madeiras aromáticas, etc.) (FERREIRA, 1975). Tudo nos leva a crer que, naquela época, a Ilha era quase despovoada, mas servia como um dos

⁶ Serra, Carlos. *História de Moçambique*. Maputo, 2000.

importantes pontos de manuseamento de mercadorias que eram adquiridas do *hinterland* e uma parte da região sul da província e do país.

Um outro movimento foi encetado pelos maraves, um grupo falante da língua bantu, que se teria movimentado da região dos Grandes Lagos. As análises arqueológicas de alguma louça cerâmica encontrada ao norte do rio Zambeze permitiram concluir que este grupo teria se lançado para a região norte de Moçambique, particularmente de Lumbo, e permitiram identificar com muita precisão que a região teria sido povoada pelos Maraves que teria ocorrido entre os anos de 1200 a 1400⁷ d.C.

Depois dos Maraves terem se instalado na região por volta de 1400, na Europa vão ocorrer algumas transformações sociais e econômicas, cuja repercussão se fez sentir em África. As narrativas históricas indicam que a migração portuguesa para a África, em geral, e para Moçambique, em particular, data de cerca de 1498, quando uma grande expedição chefiada por Vasco da Gama teria passado pela costa moçambicana⁸. Pela historiografia da época, tudo nos leva a crer que os portugueses estavam à procura de um novo caminho para a Índia, uma vez que a via do mediterrâneo tinha sido bloqueada pelo Império Ottomano, que teria, ao mesmo tempo, travado o avanço do comércio com os árabes. Foi nesta altura que a maior parte das coroas europeias decide fazer-se ao mar à procura das especiarias, que depois lhe permitiu entrar no mercado europeu, onde se compravam especiarias orientais e produtos exóticos.

Um outro fenómeno a ser considerado na migração portuguesa é a teoria mercantilista, a qual defendia a construção da riqueza através da acumulação de metais preciosos. Foi também nessa mesma época que Vasco da Gama, o chefe da expedição portuguesa, vai contornar a costa de Moçambique, desde a Baía de Inhambane⁹, Quelimane¹⁰ e Ilha de Moçambique¹¹.

Depois de estabelecidos em Sofala e na Ilha de Moçambique, os portugueses vão tentar controlar as zonas produtoras de ouro e bloquear o comércio deste com os árabes. Assim sendo, os portugueses vão fechar Angoche e abrir Sena e Quelimane. Depois do domínio português e da implantação das fortalezas de Sofala e Ilha de Moçambique, a Ilha foi incorporada

⁷ Vide Serra (2000, p. 48) e Ferreira (1975).

⁸ Serra, Carlos. *História de Moçambique*. Maputo, 2000; Pélessier, Rene. *Histórias de Moçambique*. 1994.

⁹ Região apelidada por Vasco da Gama de *Terra de Boa Gente*, em virtude de terem lhe ofertado uma galinha assada e mulher para acompanhá-lo no descanso.

¹⁰ Também chamada por ele de *Rio dos Bons Sinais*, em virtude de se ter cruzado com um rapaz *mouro*, raça que os europeus cognominavam as pessoas que se assemelhavam aos árabes

¹¹ Denominada de Ilha de Moçambique, em virtude de ele ter encontrado com um indivíduo que dizia desconhecer a sua própria origem, mas o nome dele era *Mussa* e dedicava-se à pesca assim como à evangelização do islão aos jovens e adultos.

definitivamente no império português, que se estendia até a Índia, cuja capital estava localizada em Goa

Em 1686, o monopólio comercial e alfandegário foi entregue a uma empresa denominada *Companhia dos Mazanes*, composta por ricos armadores e mercadores indianos em Diu. Esse monopólio visava o abastecimento regular de Moçambique com tecidos e concedia extensos privilégios comerciais em termos de fretes, apoio logístico e ajuda oficial portuguesa. Na sequência da formação da *Companhia dos Mazanes*, muitos mercadores indianos foram chegando a Moçambique. Em 1687 vieram os primeiros sete e começaram a fixar-se na Ilha de Moçambique. Ano após ano, iam da Ilha ao interior, tendo chegado a Lourenço Marques (atual Maputo), onde conseguiram o monopólio do comércio a grosso e a retalho¹². Outros indianos, que não tinham muitas posses, estabeleceram-se como mecânicos, barbeiros, relojoeiros e ourives¹³.

Tudo leva a crer que a maior parte desse grupo acabaria por fixar-se nas duas Cabaceiras: a pequena e a grande ao Norte da Ilha de Moçambique, mais concretamente na Baía de Mossuril, onde iam desenvolvendo as atividades acima referenciadas, alguns passaram a dedicar-se à tecelagem, mais concretamente a tintura dos tecidos que eram adquiridos dos Maraves. Visto que os tecidos comercializados pelos Maraves não eram tingidos, estes perdiam valor no mercado a favor dos tecidos indianos que eram coloridos.

2. IMPACTO DOS FENÔMENOS MIGRATÓRIOS E ECONOMIA DA CONCORRÊNCIA PARA A ÁFRICA ORIENTAL

O impacto provocado pelo fenómeno migratório e pela economia de concorrência da região Oriental de África é bastante diversificado. Destacam-se o surgimento de unidades e atribuições étnicas, os primeiros centros de poder, o surgimento de identidades culturais, políticas e religiosas devido ao dinamismo cultural e entre outros fenómenos que passamos a apresentar em seguida.

2.1. Surgimento de unidades políticas e administrativas: primeiros centros de poder

¹² Constituem a fase final da distribuição das mercadorias. Num modelo grossista não vende os produtos diretamente aos consumidores. Os retalhistas são titulares dos bens que vendem, mas alguns atuam como agentes por conta de um cliente e procedem a transações comerciais à consignação ou à comissão.

¹³ Vide Hoppe, 1970.

O início da expansão islâmica caracteriza-se por um desenvolvimento econômico importante em ligação com uma urbanização rápida e com a instauração de uma rede mercantil substancial. A partir do século VIII, as aldeias costeiras do Norte de Moçambique teriam estado em interações crescentes com essas redes que se vinham abastecer de escravos, ouro, carapaça de tartarugas, cera, âmbar e conchas preciosas (DUARTE, 1993). Após terem fundado Kilwa, no Sul da actual Tanzânia, os árabes teriam instalado na costa moçambicana pequenos entrepostos comerciais sob a autoridade do Sultão de Omã (LOBATO, 1992).

A Ilha de Moçambique fez parte desse grupo dos primeiros centros do poder antes do século XIII. Depois do domínio português e da implantação das fortalezas de Sofala e da Ilha de Moçambique, esta foi incorporada definitivamente no império português, cuja capital estava localizada em Goa, na Índia, designando-se Moçambique. A Ilha, portanto, torna-se o grande entreposto comercial destes produtos que eram largamente apreciados pelo mundo moderno.

Daqui em diante, a Ilha de Moçambique passa a trazer valiosos contributos à economia portuguesa através da tributação de mercadorias e do comércio, tendo estabelecido um grande aparato administrativo e militar para facilitar o controle destas duas fontes de rendimento, cujo grosso da riqueza acumulada se destinava ao rei de Goa. Isso teria transformado a Índia numa verdadeira metrópole de Moçambique no século XVII (SERRA, 2000).

2.2. Conexões socioétnicas, culturais e religiosas

As unidades e atribuições etnolinguísticas que conhecemos hoje são o resultado de um longo processo de transformações e assimilações. De fato, as constantes migrações e trocas comerciais, e as relações de produção ocorridas entre os primeiros habitantes do território moçambicano (bantu, árabes, swahilis, maraves, portugueses, indianos e outros povos) fazem com que existam diferentes atribuições étnicas em Moçambique.

Uma das características da cultura moçambicana é a sua interconexão e hibridismo com outras culturas. Por essa razão, maior parte dos arquétipos da cultura e da região em destaque é produto de empréstimos das culturas estrangeiras. Por exemplo, o modo de vestir da população da região em análise está diretamente relacionado com o seu encontro com os povos exógenos, desde a capulana, trazida pelos mercadores árabes para troca por ouro. Outros exemplos, são a gastronomia local, as línguas, as configurações dos grupos etnolinguísticos e outros fenômenos

inerentes à própria cultura (RAU, 1963). Portanto, a gastronomia, o modo de vestir e as danças são frutos desse processo de “misturas” (miscigenação).

Pelas relações extra-conjugais que os mercadores mantinham com as suas concubinas, era comum trazerem tecidos para lhes oferecerem. Para demonstrarem que tinham poder por terem um “marido” mercador, as concubinas usavam duas capulanas, estendendo em torno do tronco e colocando a outra na cabeça.

Dentro deste fenômeno, encontramos as danças típicas da região tais como o *mussope*, o *parampara*, o *tufu* e outras, que também se configuram como produtos de empréstimos culturais. Reza a história que, o *tufu* teria sido dançado pela primeira vez quando Maomé deixou Medina em direção à Meca, onde viria a edificar a primeira mesquita, que, na linguagem histórica, se denomina *Hedjira*¹⁴. Como sinal de gratidão pela boa nova que ele trazia, as populações teriam recebido o profeta com pompa e circunstância, além de muitas canções como sinônimo de libertação.

3. ILHA DE MOÇAMBIQUE – LOCUS DE CONEXÕES SOCIAIS E CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS

Como afirma Sugata Bose (2005) no livro *A Hundred Horizons: The Indian Ocean in an Age of Global Imperialism*, o Índico é uma verdadeira “arena inter-regional”. Por sua vez, Hofmeyr (2007) sustenta configurar-se como um novo paradigma transnacional no que concerne às relações socioculturais no seio do chamado Sul global.

O Índico não é apenas um lugar; é, sobretudo, uma rede de relações identitárias e uma longa e vibrante história de interações comerciais, políticas, culturais e religiosas, em que a escravatura e a ocupação colonial deixaram uma marca profunda e indelével.

A Ilha de Moçambique faz parte de uma constelação de ilhas localizadas no Oceano Índico, como são os casos de *Zanzibar*, *Seychelles*, *Comores*, *Madagáscar*, *Maurícias*, *Reunião*, *Mayotte* que têm em comum, não só a localização geográfica, mas também uma longa e vibrante História de interações comerciais, políticas, culturais e religiosas e em que a escravatura e a ocupação colonial deixaram uma marca profunda e indelével.

¹⁴ Traduzido literalmente para a língua portuguesa significa fuga.

Portanto, A Ilha de Moçambique, localizada no Canal de Moçambique (Oceano Índico), mais do que uma Ilha entreposto, é o lugar físico de uma encruzilhada de raças, credos e civilizações, e um dos poucos lugares no mundo onde um africano, um asiático/oriental e um europeu/ocidental podem dizer, com consciência: *estou em casa/I am at home, je suis a la maison*, daí que tenha sido considerada, em 1991, Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO. É, portanto, um espaço paradigmático de encontro de diversas culturas e religiões, ou seja, de hibridismo cultural e religioso (lugar da multi-interculturalidade e da multi-inter-religiosidade, i.e., onde muitas culturas e religiões confluem e se interconectam sem alaridos nem guerras como tem sido em algumas regiões do Centro e Norte da África).

A Ilha de Moçambique é uma simbiose de povos, culturas e religiões provenientes da Ásia e da Europa e que se misturaram com povos africanos (autóctones), formando uma comunidade única. Por outras palavras, é uma simbiose de povos e culturas provenientes do Golfo Arábico, da Ásia e da Europa e que se misturaram com povos africanos do interior e do litoral, formando uma comunidade única.

Daí que a imagem de marca da Ilha se reflita na diversidade das suas gentes, costumes, crenças e arquitetura. Resgatar esse legado que liga África, Ásia e Europa impõe-se como um dos grandes desafios e um dos grandes imperativos do nosso tempo, quer para uma melhor perceção e valorização desse património comum, quer para melhor nos situarmos em relação ao nosso destino como nação e na nossa relação com o mundo.

Durante cerca de dois séculos, a mesma Ilha foi não só a capital política e administrativa da então colônia de Moçambique como também o maior centro irradiador da cultura no território. Perdido esse status, em 1897, e com muitos dos seus edifícios reduzidos a ruínas, a Ilha mantém-se, mesmo assim, como uma das maiores encruzilhadas culturais do Oceano Índico, com um imenso potencial turístico e económico, com todas as condições de se voltar a se afirmar como um respeitável centro irradiador de cultura e de conhecimento da região Norte e do país, além de poder contribuir fortemente para a melhoria das condições de vida das suas comunidades e das comunidades circunvizinhas.

Dividida entre uma parte de pedra e outra de *Macuti*¹⁵ – onde habita a maior parte da população – a Ilha de Moçambique representa uma riqueza singular em termos, naturais, arquitetônicos, culturais e socioeconômicos. Nela se destacam alguns dos seus edifícios mais emblemáticos, como é o caso da Fortaleza de São Sebastião, a maior do gênero na África Austral, cuja construção durou cerca de seis décadas (1558-1620). Em 1818, a Ilha foi elevada à cidade. Em 2018 completou 200 anos da sua existência nessa condição, momento importante para revisitar a sua história e a sua cultura, espaço de pluralidades e diversidades. Na Ilha de Moçambique convergiram também expressões religiosas distintas, sejam do Oriente (islamismo e hinduísmo), da Europa (catolicismo e protestantismo) bem como da África (animismo e crenças religiosas diversas – religiões tradicionais africanas).

Por fim, há que salientar que a Ilha de Moçambique, habitada há séculos por mulheres e homens com pensamentos, culturas e religiões diferentes, mas que se fundiram e deram origem a um só povo convivendo harmoniosa e pacificamente, afirma-se como um exemplo de tolerância e convivência que contraria o que acontece em diferentes locais do mundo, incluindo a África. Este fato particular, que merece um profundo estudo, poderá mesmo ser explorado no sentido de contribuir para ajudar outros povos a resolverem os seus conflitos e para poderem viver.

CONCLUSÕES

Depois da breve descrição do fenômeno migratório e do comércio de concorrência, considerados importantes fatores para o desenvolvimento de conexões sociais e da construção de identidades culturais, políticas e religiosas no Canal de Moçambique, mormente na Ilha de Moçambique, podemos concluir que eles são produtos de uma combinação de fatores, quer endógenos, quer exógenos. Dentro dos fatores endógenos, podemos destacar o desenvolvimento de alguns grupos etnolinguísticos que evoluíram do século IV em diante, que mais tarde serviriam como intermediários da atividade mercantil árabe e portuguesa.

Em 1818, a Ilha foi elevada ao status de cidade. Em 2018, celebrou o bicentenário da sua existência como cidade, momento que foi vivido com a revisitação da sua história e cultura, pois trata-se de um espaço de pluralidades e diversidades em vários domínios (naturais,

¹⁵ Folhas de palmeiras que são usadas para cobertura de casas, sobretudo de palhotas. O fato de muitas casas naquele espaço geográfico terem sido cobertas deste material, deu ao bairro este nome, *Macuti*.

arquitetônicas, culturais, religiosos, literários...). Com essa miscigenação, verificada depois desse longo período, a Ilha de Moçambique assiste à construção de identidades¹⁶ próprias, embora importadas, mas que pouco a pouco vai ganhando uma característica própria numa área bastante extensa, que vai desde o Cabo Guardafui até a África do Sul.

Por essa razão, a Ilha de Moçambique possui uma grande heterogeneidade sociocultural, podendo nos remeter à ideia de que alguns valores adotados na região são produtos desse processo, tais como as línguas, a gastronomia, o vestuário, a religião e outros elementos da cultura. Esta diversidade cultural, arquitetônica e religiosa, dos cidadãos locais da Ilha de Moçambique, permite-lhes, há séculos, conviver com a diferença e concorre para a construção da cidadania global, no âmbito da transculturalidade¹⁷. Esta é a dimensão que se pretende, segundo a UNESCO, para quem habita num lugar considerado Patrimônio Mundial da Humanidade.

É justamente olhando para este manancial cultural, arquitetônico e religioso, que marcam a Ilha de Moçambique, que se fez uma revisitação das conexões e construções socioculturais, arquitetônicas e religiosas ali existentes. Esta revisitação representa, não só o reconhecimento e a necessidade da preservação e do resgate do seu legado histórico, arquitetônico, cultural e religioso, mas também uma oportunidade para um rastreamento sistemático desse mesmo legado, o reavivar dos seus imaginários patrimoniais, da sua memória identitária e a necessidade de contribuir para o seu conhecimento e a sua disseminação, alargando, assim, e aprofundando o conhecimento sobre a Ilha e as suas relações com outros povos ligados pelo Oceano Índico, como é o caso de Mayotte, Comores, Seychelles entre outros.

Todavia, propõe-se que se faça um estudo comparativo entre as conexões sociais e as construções identitárias, pois há quem argumente que esta miscigenação cultural, religiosa, embora seja pacífica, mostra a perda de raízes culturais e a assimilação de outras culturais, o que se considera uma (neo)colonização cultural. Portanto, seria bom, um estudo exaustivo comparativo para aferir os prós e contras das construções identitárias assumidas na Ilha de Moçambique.

¹⁶ Conjunto de características próprias e exclusivas com o qual se pode diferenciar pessoas e outros entes; conjunto de representação das relações entre indivíduos e grupos, que envolve a partilha de patrimônios comuns como a língua, a religião, as artes, o trabalho, o desporto, as festas, etc.

¹⁷ Esta teoria advoga que as culturas tradicionais *strictus senso*, ou no estágio original, não existem mais. O que existe são grupos transculturais, que adotam aspetos de várias culturas formando um hibridismo ou sincretismo cultural, ou nova cultura.

REFERÊNCIAS

BOSE, Sugata. *A Hundred Horizons: The Indian Ocean in an Age of Global Imperialism*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2005.

DUARTE, Ricardo Teixeira. *Northern Mozambique in the Swahili World: an Archeological Approach*, studies in African Archeology, Upsala, Maputo, 1993.

FERREIRA, António Rita. *Moçambique Pré-colonial*. Fundo Nacional do Turismo, Maputo, 1975.

GUPTA, Pamila, Isabel Hofmeyr & Michael Pearson (eds). (2010). *Eyes Across the Water. Navigating the Indian Ocean*. Unisa Press & Penguin India.

HIERNAUX, J. *Bantu Expansion: The evidence form pysical antropology confronted with linguistic and archeological evidence*. Journal of African History, 1968.

HOFMYER, Isabel. “The Black Atlantic meets The Indian Ocean: Forging New Paradigms for transnationalism for the Global South.Literary and Cultural Perspectives”, *Social Dynamics*, 33: 2, 3 — 32, 2007.

LOBATO, Alexandre. *A Ilha de Moçambique*. Monografia, Moçambique, Documentário trimestral n° 42, 1945.

OLIVER, R. *The Problem of the Bantu Expansion*. Journal of African History, Vol VII, 1962.

PÉLISSIER, René. *Histórias d Moçambique*. Formação e oposição 1854-1918. Vol. 1., Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

RAU, Virgínia. *Aspectos étnico-culturais da Ilha de Moçambique em 1822*. Studia, 1963.

SERRA, Carlos. *História de Moçambique*. Parte I – Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores, 200/300-1885. Parte II - Agressão Imperialista, 1886-1930. Vol. 1., Livraria Universitária, Maputo, 2000.

SINCLAIR, P. J. *A Perspective on Archeological Research in Mozambique*. In T. Shaw & al. *The Archeological of Africa. Food, Metals and Towns*. Londres & New York, Routledge, 1993.